

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.481 - SP (2018/0236294-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
MARINA BONOMI ALMEIDA DA SILVA E OUTRO(S) -
SP360370
RECORRIDO : JULIA VALERIA FERREIRA MARCONDES
ADVOGADO : MARIA DA GRAÇA ANTONIO E OUTRO(S) - SP089824

EMENTA

DIREITO PRIVADO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PLANTA COMUNITÁRIA DE TELEFONIA - PCT. EMISSÃO DE AÇÕES. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 371/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de ação de adimplemento contratual c/c pedido de indenização, ajuizada em razão de suposta subscrição a menor de ações objeto de contrato de participação financeira vinculado à aquisição de linha telefônica.
2. Nos contratos de participação financeira celebrados no sistema PCT, é inaplicável a Súmula 371/STJ, haja vista que a integralização não se dá em dinheiro, no momento do pagamento do preço, mas posteriormente, quando ocorre a incorporação da planta comunitária ao acervo patrimonial da companhia telefônica. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de adimplemento contratual, cumulada com pedido de indenização, ajuizada por JULIA VALERIA FERREIRA MARCONDES, em face da recorrente, devido a suposta subscrição a menor de ações objeto de contrato de participação financeira vinculado a aquisição de linha telefônica.

Sentença: julgou procedente o pedido, a fim de condenar a recorrente ao pagamento do valor correspondente à diferença de ações devidas, tendo por base o valor patrimonial da ação apurado pelo balancete do mês da integralização, "com os dividendos, bonificações e demais vantagens que teria

Superior Tribunal de Justiça

gerado caso as ações tivessem sido subscritas regularmente", conforme se apurar em liquidação de sentença por arbitramento.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

TELEFONIA. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL C.C. PERDAS E DANOS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO TELEFÔNICO. PRESCRIÇÃO DECENÁRIA. RECURSO REPETITIVO (RESP 1.033.241/RS). ARTS. 177, DO CC/1916 E 205 e 2.028, DO CC/2002. PREVISÃO DE REEMBOLSO PECUNIÁRIO OU POR AÇÕES DA COMPANHIA. INAPLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL À HIPÓTESE CONCRETA (RECURSOS ESPECIAIS N.ºS 1.220.934/RS E 1.225.166/RS). PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. RELAÇÃO DE CONSUMO CARACTERIZADA, A JUSTIFICAR FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DA CONSUMIDORA EM JUÍZO (ART. 6.º, CDC). EMPRESA RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE COMPROVAR QUE, DE FATO, ENTREGOU À AUTORA A QUANTIDADE CORRETA DAS AÇÕES ÀS QUAIS ELA TINHA DIREITO. EMISSÃO DAS AÇÕES QUE DEVERIA OCORRER NA DATA DA ADESÃO AO PLANO OU, SE POSTERIORMENTE, CONSIDERANDO SEU VALOR DA PATRIMONIAL APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EMISSÃO DE AÇÕES COMPLEMENTARES QUE SE CONVERTE EM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE CORRESPONDERÁ À DIFERENÇA DAS AÇÕES A QUE O TITULAR TERIA DIREITO, EQUIVALENTE AO CAPITAL INVESTIDO PELO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO INFORMADO NO BALANCETE MENSAL DA COMPANHIA NA DATA DA RESPECTIVA INTEGRALIZAÇÃO (SÚMULA 371, STJ), E AQUELAS QUE FORAM EMITIDAS POSTERIORMENTE, MULTIPLICADA PELO VALOR DA COTAÇÃO DA AÇÃO NA BOLSA DE VALORES NO FECHAMENTO DO PREGÃO DO DIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA, COM ACRÉSCIMO DE BONIFICAÇÕES E OUTROS RENDIMENTOS DAS AÇÕES. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO E. STJ (RESP 1.301.989/RS). FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DEVEM SER ESTABELECIDOS DE FORMA A, SEM EXCESSO E NEM TAMPOUCO INSUFICIÊNCIA, REMUNERAR CONDIGNAMENTE O TRABALHO DO PATRONO DA PARTE VENCEDORA. ARBITRAMENTO EQUITATIVO DE ACORDO

Superior Tribunal de Justiça

COM AS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CASO.
SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

Embargos de declaração: interpostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 6º, VIII, do CDC; 489, II e 1.022, I e II, do CPC/15; 7º, 8º e 170 da Lei 6.404/76; 884 do CC/02; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que: (i) a ação trata de contrato firmado sob o sistema de Planta Comunitária de Telefonia, e não de participação financeira regular; (ii) o acórdão recorrido apresenta omissão, contradição e obscuridade, além de ter sido deficientemente fundamentado; (iii) na hipótese, as ações foram emitidas já com a observância do valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da integralização, momento este que corresponde à avaliação e incorporação da rede ao capital social da empresa; (iv) é autorizada a retribuição em ações aos promitentes-assinantes com base no valor médio de mercado dessas ações; (v) a conversão da diferença acionária em indenização deve considerar o valor da cotação das ações na Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da demanda.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da inaplicabilidade da Súmula 371/STJ

O Tribunal de origem julgou procedente o pedido inicial ao fundamento de que a parte recorrida tem direito à diferença acionária decorrente da subscrição de ações com base no valor patrimonial da ação vigente à época da capitalização, e não à época da integralização, aplicando, nesse desiderato, o disposto na Súmula 371/STJ.

No entanto, esta Corte firmou o entendimento de que, nos

Superior Tribunal de Justiça

contratos de participação financeira celebrados no sistema PCT, como na hipótese dos autos, é inaplicável a Súmula 371/STJ, haja vista que a integralização não se dá em dinheiro, no momento do pagamento do preço, mas posteriormente, quando ocorre a incorporação da planta comunitária ao acervo patrimonial da companhia telefônica. Nesse sentido, confirmam-se: REsp 1.742.233/SP, 3ª Turma, DJe 08/10/2018; AgInt no AREsp 1.166.343/SP, 4ª Turma, DJe 14/06/2018 e AgRg no AREsp 29.665/MG, 4ª Turma, DJe 08/10/2015.

Logo, inexistente o direito à diferença acionária, impondo-se o acolhimento do recurso especial quanto ao ponto.

Tem-se por prejudicado, destarte, o exame das demais questões suscitadas pela recorrente.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para julgar improcedentes os pedidos iniciais.

Invertida a sucumbência, condeno a recorrida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, mantido quanto a estes o valor fixado no 1º grau de jurisdição (R\$ 2.000,00, e-STJ fl. 229), observada a concessão da gratuidade de justiça.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora